

QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS E SUA DISTRIBUIÇÃO NA CIDADE DE PELOTAS-RS

ANDRESSA REIS LEMOS¹; VIVIAN HERNANDEZ BOTELHO²; WERNER DE
ANDRADE MÜLLER³; MATHEUS DE LIMA WEEGE⁴; INÁCIO CROCHEMORE-
SILVA⁵

¹Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia (UFPEL) – andressalemosreis@gmail.com

²Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia (UFPEL) – vivianhbotelho@gmail.com

³Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia (UFPEL) – werneramuller@gmail.com

⁴Programa de Pós-Graduação em Educação Física (UFPEL) – matheusdelimaweege@gmail.com

⁵Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia e Programa de Pós-Graduação em Educação Física (UFPEL) – inacioufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O estudo do lazer, compreendido em um contexto multidisciplinar, vem ganhando grande impulso e dedicação por parte de pesquisadores e pesquisadoras desde as últimas décadas. Trata-se de um fenômeno da sociedade moderna ligado a diversos temas e campos de estudo, contemplando aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos (ALMEIDA, 2021). A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura o lazer como direito social e institui o Poder Público como responsável por incentivá-lo, objetivando a promoção social (BRASIL, 1988). Logo, perante este avanço, é dever do Estado legislar e implementar políticas públicas específicas visando proporcionar equidade no acesso e espaços para o lazer, culminando na justiça social.

Entre os meios que buscam oportunizar o lazer e que colaboram também para ampliar o acesso às práticas de atividade física estão os Espaços Públicos Abertos (EPA) (RECH et al., 2023), sendo eles: parques, praças, jardins e áreas verdes que possuem livre acesso e podem ser utilizados pela população em geral. Esses espaços se tornam imprescindíveis quando o intuito é possibilitar com que a população tenha acesso a esses locais e consiga praticar a atividade física de lazer (SALLIS et al., 2016). Nesse sentido, o lazer apresenta relação estreita com a promoção de saúde e de qualidade de vida, porém, assim como em outras áreas, também enfrenta barreiras e desigualdades referentes a seu acesso.

Tratando-se da prática de atividade física, tão importante quanto existir um espaço destinado ao seu uso, é também suas características de acesso, boa percepção de segurança e estruturas em boas condições e qualidade (KRETCHMER; DUMITH, 2020). Estes atributos, assim como a distância das residências até esses espaços, favorecem e potencializam o acesso e a utilização desses locais (LIMA et al., 2020), contribuindo para o desfrute e benefícios do lazer e da atividade física.

Em Pelotas, Rio Grande do Sul, foram produzidos dois estudos, um em 2012 e outro em 2023, que objetivaram descrever a distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física dos espaços públicos abertos. Em 2012, 57,6% das praças e parques, apresentavam pelo menos um atributo para a prática de atividade física. Referente a qualidade, 45,7% das estruturas apresentaram boa qualidade. Além disso, foi observado um maior número de espaços públicos de lazer nos setores censitários que apresentam maior média de renda domiciliar (DA SILVA et al., 2015). Uma década depois, com o intuito de avaliar as modificações ao longo

do tempo, verificou-se um aumento na quantidade de espaços públicos de lazer, bem como um aumento no número de atributos para atividade física. No entanto, a qualidade das estruturas para atividade física diminuiu e a distribuição dos espaços de acordo com a renda média domiciliar se manteve no período avaliado (WEEGE, 2024).

Nesse sentido, além de mapear e monitorar a existência e qualidade dos EPA em diferentes contextos, também se faz necessário identificar um modelo justo de EPA para se aderir como referência de qualidade. Essa definição poderá servir de base para o poder público intervir nesses espaços. Ademais, é indispensável que a distribuição desses espaços com qualidade adequada, da mesma forma, seja justa, a fim de combater possíveis discrepâncias de acesso a esses espaços. Portanto, o objetivo do presente estudo foi definir um EPA justo e adequado para utilização e prática de atividade física e identificar sua distribuição no município de Pelotas-RS.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, correspondente ao recorte de um estudo caracterizado pela identificação dos espaços públicos de lazer no perímetro urbano de Pelotas-RS e avaliação da qualidade para a prática de atividade física, realizada entre de outubro de 2023 a janeiro de 2024 (WEEGE, 2024). A localização dos espaços avaliados foi fornecida pela Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana da Prefeitura de Pelotas, que disponibilizou um mapa das áreas verdes da cidade. Os locais avaliados e considerados EPA foram parques, praças e canteiros utilizáveis. As demais áreas verdes não avaliáveis estavam definidas como canteiros não utilizáveis, áreas ocupadas ou inacessíveis.

Para avaliar a qualidade dos EPA foi utilizado o instrumento *Physical Activity Resource Assessment* (PARA), que possui itens de classificação referentes às características que possibilitem a prática de atividade física, atributos de conforto e condições de limpeza, estética e segurança. Para a auditoria, foi formada uma equipe de auxiliares de pesquisa do curso de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas. A equipe foi composta por sete integrantes que participaram de um treinamento teórico-prático contemplando: (a) um estudo do instrumento; (b) aplicação prática; e (c) um estudo piloto em áreas pré-selecionadas. Essas ações objetivaram a padronização das avaliações e maiores detalhes metodológicos estão disponíveis na literatura (WEEGE, 2024).

Para o presente estudo, foi definido arbitrariamente um modelo de espaço público aberto justo e adequado para utilização a fim de tê-lo como referência. Foram criados três indicadores seguindo uma ordem decrescente de níveis de exigência, sendo eles: (a) Indicador 1 – espaços que apresentem pelo menos duas estruturas para atividade física – iluminação, bancos e lixeiras em boas condições de uso e poucos sinais de lixo espalhado, vandalismo e mato/grama alta; (b) Indicador 2 – espaços com pelo menos duas estruturas para atividade física, iluminação, bancos e lixeiras em boas condições de uso e poucos sinais de lixo espalhado ou vandalismo ou mato/grama alta; e (c) Indicador 3 – espaços que apresentem pelo menos duas estruturas para atividade física em boa qualidade, iluminação ou bancos ou lixeiras em boas condições de uso e poucos sinais de lixo espalhado ou vandalismo ou mato/grama alta. Após a identificação da ocorrência dos EPA contemplados pelos indicadores, foi observada sua distribuição no perímetro urbano da cidade. Para a contagem dos espaços públicos por bairro de

Pelotas, foi usada a ferramenta *summarize within* no ARCGIS PRO, versão 3.2.0. Os resultados foram apresentados em valores absolutos e relativos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram avaliadas 338 áreas verdes ao total, sendo 193 praças, 17 parques e 128 canteiros utilizáveis. Desses espaços avaliados, apenas 1,2% (n=4) se enquadraram nas exigências do primeiro indicador, ou seja, apresentaram pelo menos duas estruturas para atividade física em boa qualidade, no quesito conforto apresentaram iluminação, bancos e lixeiras também em boa qualidade e pouco lixo espalhado, sinais de vandalismo e mato/grama alta. Quanto ao indicador 2, que contemplou pelo menos duas estruturas para atividade física em boa qualidade, iluminação, bancos e lixeiras em boas condições e pouco lixo espalhado ou poucos sinais de vandalismo ou mato/grama alta, apenas 3,3% (n=11) dos espaços atenderam aos critérios. Para o indicador 3, 11,5% (n=39) dos espaços avaliados contemplaram pelo menos duas estruturas para atividade física em boa qualidade, iluminação ou bancos ou lixeiras em boas condições e poucos sinais de lixo espalhado ou poucos sinais de vandalismo ou mato/grama alta. Quanto à distribuição entre os bairros do perímetro urbano da cidade de Pelotas, de sete bairros (Areal, Três vendas, Laranjal, São Gonçalo, Fragata, Centro e Barragem), EPA contemplados no indicador 1 se distribuíram em dois bairros da cidade, EPA contemplados no indicador 2 em cinco bairros e EPA que foram incluídos nos critérios do indicador 3 em sete bairros.

Os resultados obtidos nesse estudo vão ao encontro das hipóteses pré-estabelecidas. A quantidade de espaços que contemplou o primeiro indicador é extremamente baixa comparada ao seu denominador. Além disso, foi possível observar que, à medida que se flexibilizou o rigor nos critérios de avaliação dos indicadores, a quantidade de espaços dentro das adequações de exigência aumentou. Somado a isso, ficou em evidência a desproporção de distribuição dos espaços avaliados entre os bairros da cidade em questão.

4. CONCLUSÕES

Após a definição de um modelo de EPA justo e adequado para utilização e prática de atividade física e identificação de sua distribuição, com base nos resultados apresentados, nota-se uma pequena quantidade de EPA com as qualidades adequadas definidas na cidade de Pelotas. Além da baixa quantidade de EPA em boas condições, também há discrepância em suas distribuições, ocasionando ausência de espaços considerados adequados para utilização e prática de atividade física em boa parcela dos bairros. Esses dados indicam a necessidade de uma maior atenção por parte do Poder Público aos EPA da cidade de Pelotas, bem como, possuem o potencial de nortear e auxiliar a gestão urbana no planejamento e direcionamento de políticas públicas que visem oportunizar que todos os bairros do município tenham acesso a um EPA adequado para utilização e prática de atividade física.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, FM. O CONCEITO DE LAZER: uma análise crítica. **Novos Rumos Sociológicos**, ..., v. 9, n. 16, p. 206-229, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15210/norus.v9i16>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

KRETSCHMER, A C; DUMITH, S C. Prática de atividade física no lazer e ambiente percebido: um estudo de base populacional com adultos e idosos do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. 2020;23:e200043. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200043>.

LIMA, D F et al. A prática de atividade física mediada pelo meio geográfico: a distância entre as moradias e as instalações. **Caderno de Educação Física e Esporte**. 2020;18(1):83-8. <http://dx.doi.org/10.36453/2318-5104.2020.v18.n1.p83>.

RECH, C R et al. Como os espaços públicos abertos podem contribuir para a promoção da atividade física? **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 28, p. 1–6, 2023. DOI: 10.12820/rbafs.28e0295.

SALLIS, J F et al. "Physical activity in relation to urban environments in 14 cities worldwide: a cross-sectional study." **Lancet (London, England)** vol. 387,10034 (2016): 2207-17. doi:10.1016/S0140-6736(15)01284-2

DA SILVA, I C M et al. Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 82, 2015. DOI: 10.12820/rbafs.v.20n1p82.

WEEGE, M. L. **Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS): mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividades físicas ao longo de uma década**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Pelotas.